

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objeto ata de registro de preço do mobiliário urbano inteligente, denominado Árvore de Painel solar, dotado de sistema de captação de energia solar para geração de eletricidade, com bancos integrados, saídas USB e USB Tipo C, destinado à instalação para Secretaria de Serviços Públicos, nos termos da tabela abaixo conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Justificativa para utilização do Sistema de Registro de Preços

Justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços em razão da necessidade de aquisição parcelada e futura do mobiliário urbano inteligente, conforme demanda da Administração Municipal, não sendo possível definir previamente o quantitativo exato a ser instalado ao longo do exercício. A utilização do SRP possibilita maior eficiência administrativa, economia de escala, padronização dos equipamentos e contratações conforme a disponibilidade orçamentária.

1.1. Planilha descritiva e orçamentária geral

Item	Especificação	Quantidade	Unidade	Valor unitário	Valor total
1	<p>Equipamento urbano sustentável com design em formato de árvore, alimentado por energia solar fotovoltaica, destinado a instalação em área pública (praças, parques), permitindo o carregamento simultâneo de dispositivos eletrônicos e oferecendo assentos para usuários.</p> <p>Especificação técnica mínima:</p> <p>Painel solares fotovoltaico monocristalinos ou policristalinos.</p> <p>Potencia mínima instalada 300Wp (ou superior, conforme projeto)</p> <p>Eficiência mínima dos módulos 18%, vida útil mínima dos painéis 25 anos. Estrutura com inclinação e orientação adequadas para maximização de geração.</p> <p>Banco de madeiras internos selados e livre de manutenção, tecnologia: lítio (LiFePO₄ ou equivalente) ou Gel/AGM. Capacidade mínima 1,5KWh. Autonomia mínima 24 horas sem incidência solar. Controlador de carga MPPT com proteção contra</p>	8	UN	57.500,00	460.000,00

	<p>sobrecarga, curto-circuito e descarga profunda.</p> <p>Pontos de carregamentos mínimo de :4 portas de USB Tipo A (5v, mínimo 2,1 A por porta) 2 portas de USB tipo C com power Delivery (PD) mínimo 20W. possibilidade de carregamento simultâneo, proteção contra surtos, sobrecorrente e curto-circuito.</p> <p>Identificação visual das portas e indicação de</p>				
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--

<p>funcionamento.</p> <p>Banco de assento integrado a estrutura, capacidade mínima 4 pessoas.</p> <p>Material resistente às intempéries (madeira plástica, madeira tratada, metal ou equivalente).</p> <p>Design ergonômico, sem arestas cortantes.</p> <p>Estrutura metálica em aço carbono galvanizado ou aço inoxidável, pintura eletroestática ou tratamento anticorrosivo.</p> <p>Grau de proteção mínimo dos componentes elétricos IP65. Estrutura antivandalismo e antifadiga. Fixação ao solo por chumbadores ou base de concreto.</p> <p>Conformidade com normas aplicáveis: ABNT 5410-intalações elétricas de baixa tensão.</p> <p>Normas IEC aplicáveis aos módulos fotovoltaicos.</p> <p>Componentes elétricos certificados pelo INMETRO, quando aplicável, sistema totalmente isolado da rede elétrica (off-grid). Ausência de cabos energizados expostos ao usuário.</p> <p>Fornecimento com instalação completa inclusa, teste de funcionamento e entrega em pleno estado operacional, manual técnico e de operação em língua portuguesa.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses para o equipamento completo.</p> <p>5 anos para a estrutura.</p> <p>25 anos para os painéis solares (desempenho)</p> <p>Assistência técnica nacional.</p> <p>Equipamento de baixo impacto ambiental, design urbano moderno e integrado ao espaço público.</p> <p>Preferência por materiais recicláveis ou reciclados.</p>				
TOTAL GERAL R\$ 460.000,00				

- 1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 1.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade e mantidas as condições

- 1.4. A contratada deverá fornecer garantia mínima de:12 (doze) meses para a estrutura e componentes elétricos; 24 (vinte e quatro) meses para os painéis fotovoltaicos.
- 1.5. A contratada deverá disponibilizar assistência técnica durante o período de garantia, com prazo máximo de atendimento de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da solicitação formal da Administração.
- 1.6. A contratação decorrente da Ata será formalizada por meio de emissão de Nota de Empenho ou instrumento contratual equivalente, conforme necessidade da Administração.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndices deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndices deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Obrigações da Contratada

- 4.1. A contratação deverá observar integralmente as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como demais normas aplicáveis à Administração Pública.
- 4.2. O objeto deverá ser novo, sem uso anterior, de fabricação recente, não sendo aceitos equipamentos reconicionados, manufaturados ou usados.
- 4.3. O mobiliário urbano inteligente deverá atender integralmente às especificações técnicas mínimas definidas neste Termo de Referência, bem como às normas técnicas vigentes, especialmente aquelas relacionadas à segurança elétrica e resistência estrutural.
- 4.4. O equipamento deverá ser apropriado para uso em áreas públicas externas, apresentando resistência a intempéries climáticas, tais como chuva, radiação solar, variações térmicas e ventos.
- 4.5. Visando o atendimento dos critérios de sustentabilidade ambiental expostos no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (Guia Nacional de Licitações Sustentáveis), considerando todas as fases do ciclo de vida do produto, a licitante vencedora deverá observar, no que couber, os seguintes requisitos:
- 4.6. bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- 4.7. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus

similares;

- 4.8. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- 4.9. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

- 4.10. Análise de riscos: Dispensado o mapa de riscos em consonância ao § 2º do artigo 133, do Decreto Municipal nº 20.682/2023, tendo em vista a complexidade, relevância e valor do objeto de contratação, que podem ser gerenciados os riscos na efetiva fiscalização e gestão do contrato
- 4.11. O sistema fotovoltaico deverá ser autônomo, dispensando ligação à rede elétrica convencional, com capacidade de geração e armazenamento de energia compatível com sua finalidade.
- 4.12. A contratada deverá fornecer garantia mínima, conforme definido neste Termo de Referência, bem como assegurar assistência técnica durante o período de garantia.
- 4.13. A contratada deverá ser responsável pelo transporte, instalação e testes de funcionamento dos equipamentos nos locais indicados pela Administração Municipal.
- 4.14. Deverá ser assegurada a facilidade de manutenção, com disponibilidade de peças de reposição no mercado nacional.
- 4.15. O fornecimento deverá ocorrer dentro do prazo estabelecido, não sendo admitidos atrasos injustificados.
- 4.16. A contratação deverá observar os princípios da sustentabilidade ambiental, priorizando materiais duráveis, recicláveis e soluções energeticamente eficientes.
- 4.17. Subcontratação
- 4.17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.18. Garantia da contratação
- 4.18.1. A contratada deverá fornecer garantia mínima de (doze) meses para estrutura e componentes elétricos; 24 (vinte e quatro) meses para os painéis fotovoltaicos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.2. De Início: Contar-se-á da publicação da Ata de Registro de Preço no PNCP;
- 5.3. Execução: Será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preço no PNCP;
- 5.4. Da Entrega e Local: em até 45 dias da data da solicitação, nos locais definidos nas Solicitações delimitados ao perímetro urbano de Lages, SC;
- 5.5. Do Prazo para Substituição: O prazo para substituição integral será de até 10 (dez) dias úteis. Da Ata de Registro de Preço: A Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, sua vigência será de 12 (doze) meses a contar de sua publicação no PNCP.
- 5.6. Da Forma de Pagamento: Será efetuado em até 30 (trinta) dias da entrega do objeto, à vista da respectiva nota fiscal decorrente.

Outras Exigências: Os itens devem estar em conformidade com o INMETRO e com as

recomendações contidas nas normas da ABNT no que couber.

O Prazo de Garantia: é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA (S) EMPRESAS REGISTRADA (S):

- 6.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como
- 6.2. Exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

- 6.3. Após a convocação, realizar a assinatura da ata no prazo estabelecido, sob pena de aplicação das sanções previstas.
- 6.4. Obriga-se a fornecer o material atendendo às normas técnicas e legais vigentes, bem como condições e garantias técnicas atinentes à matéria de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse do Município.
- 6.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 6.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 6.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (Lei nº 14.133/2021, art. 137, inciso II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 6.8. Manter durante toda a vigência do contrato/ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 6.9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 6.10. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.12. O serviço de assistência técnica deverá ser realizado no Município de Lages, SC, ou não sendo o caso, o custo para retirada e devolução do equipamento será exclusivamente da empresa vencedora.
- 6.13. A empresa contratada deverá providenciar, independentemente de ser ou não o fabricante, a correção ou a substituição de todo o produto ofertado ou de suas peças, acessórios e componentes que apresentarem defeito de fabricação ou divergência com as especificações fornecidas, sem ônus para a Administração, em conformidade com o estabelecido no edital.
- 6.14. A contratada deverá providenciar a substituição integral do produto ofertado, por outro novo, da mesma marca/modelo e configuração técnica originalmente proposta, caso o mesmo apresente um mesmo defeito por mais de 03 (três) vezes, exceto nos casos decorrentes de uso indevido.

7. DAS OBRIGAÇÕES DAS CONTRATANTE

- 7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Edital e seus anexos;
- 7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.5. o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato/Ata;

- 7.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato/Ata;
- 7.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato/Ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 7.8. Realizar a Gestão da Ata de Registro de Preços através do servidor Helder Violandi – e-mail meioambiente@lages.sc.gov.br, tendo como fiscal o servidor Cesar Assis Arruda Gevaerd – e-mail compras.semmap@lages.sc.gov.br.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 8.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 8.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 8.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 8.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que

demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

- 8.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 8.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 8.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

- 8.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 8.15. Cabe ao Gestor do contrato:

Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 9.1. O ato de entrega não importa na aceitação.

- 9.2. O objeto será recebido de forma provisória e definitiva pelo fiscal e/ou gestor do contrato.

- 9.3. O recebimento provisório se dará em até 10 (dez) dias após a entrega do bem.**

- 9.4. O objeto será recebido definitivamente em até 30 (trinta) dias após o recebimento provisório.
- 9.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 9.6. O contratado será obrigado a substituir/refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais que não estiverem em conformidade com as especificações, ou ainda, que estiverem com defeitos ou imperfeições.

- 9.7. O prazo para substituir os produtos que estejam em desacordo com as especificações será de até 10 (dez) dias úteis contados da notificação do fornecedor.

Da Liquidação

- 9.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 9.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 9.9.1. Prazo de validade;
- 9.9.2. Data da emissão;
- 9.9.3. Dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.9.4. Período respectivo de execução do contrato;
- 9.9.5. Valor a pagar; e
- 9.9.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 9.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal;
- 9.12. Constatando-se situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 9.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.14. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 9.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

- 9.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 9.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados

monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

9.18. Forma de pagamento

9.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

9.24. Os preços permanecerão fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento.

9.25. Após esse período, eventuais reajustes deverão observar os preços praticados no mercado, estando sujeitos à aprovação da Administração Pública, acompanhada de pareceres jurídico e contábil, conforme as exigências da Lei nº 14.133/2021.

9.26. O índice de reajuste a ser utilizado na contratação será IGP-M, IPCA, ou outro que seja adequado e aprovado pela Administração Pública Municipal.

10. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, de forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

10.2. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das

Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na

licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.24. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.25. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.26. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fonte de recursos: Estadual	Valor: R\$ 150.000,00	Percentual: 32,61%
Conta para empenho: 12.001.2302 Manutenção das Atividades da secretaria de serviços Públicos e meio ambiente		
Código de despesa: 135	Elemento de despesa: 44905230	

11.1. O valor total estimado da aquisição é de R\$ 460.000,00 (quatrocentos e setenta mil e reais).

11.2. Conforme custos unitários apostos na tabela acima, oriundo da média de preços dos orçamentos apresentados.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados

12.2. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta de recursos oriundos de emenda parlamentar, sendo que eventual diferença necessária para a integral execução do objeto será custeada com recursos próprios do Município.

A presente contratação está devidamente adequada às disponibilidades orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 18, inciso IV, e art. 92, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como com a legislação orçamentária vigente.

Os recursos financeiros necessários para a execução do objeto correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento do Município de Lages/SC, observada a seguinte composição de fontes:

I – Emenda Parlamentar

Parte dos recursos será proveniente de Emenda Parlamentar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), correspondendo a aproximadamente 32,61% do valor total estimado da contratação, conforme plano de trabalho aprovado, respeitando as condições, limites e finalidades estabelecidas no respectivo instrumento de transferência.

II – Recursos Próprios do Município

O valor complementar necessário à integral execução do objeto será de R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais), correspondente a aproximadamente 67,39% do valor total estimado, sendo custeado por recursos próprios do Município de Lages/SC, alocados em dotação orçamentária específica, assegurando a suficiência financeira para o cumprimento integral das obrigações contratuais.

II – Compatibilidade Orçamentária


A contratação encontra-se compatível com:

- **Plano Plurianual (PPA)** vigente;
- **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)**;
- **Lei Orçamentária Anual (LOA)** do exercício correspondente.

III – Empenho da Despesa

A despesa decorrente desta contratação será formalizada por meio de **empenho prévio**, conforme as normas de direito financeiro aplicáveis, ficando a execução do contrato condicionada à efetiva liberação dos recursos, especialmente no que se refere à parcela oriunda da emenda parlamentar.

Lages 06 de fevereiro 2026

Documento assinado digitalmente
 **JEAN DAVIS CORBELLINI**
Data: 18/03/2026 09:12:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JEAN DAVIS CORBELLINI
Secretário de Serviços Públicos